

Objetivo 0936 - Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais

A participação social no Brasil aparece de forma clara no espaço aberto por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987, que resultou na Constituição Federal de 1988. A Constituição evidenciou a essencialidade da participação social na política brasileira, institucionalizando mecanismos efetivos, como os conselhos, conferências, audiências públicas, ouvidorias e orçamentos participativos. A valorização e o aprofundamento de paradigmas e métodos participativos e de controle têm contribuído particularmente para o avanço do país na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

As conferências, sobretudo a partir de 2003, passaram a ser o espaço por excelência para a expressão e o mapeamento das demandas da sociedade. Nesse sentido, e com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), as políticas para as mulheres têm sido pautadas pelo diálogo e pela construção coletiva com os movimentos sociais, fomentada no âmbito das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas com a participação de mulheres de todos os estados da federação, representando os múltiplos setores dos movimentos feministas e de mulheres, e toda sua diversidade territorial, étnico-racial, geracional e de orientação sexual.

A SPM e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) já realizaram três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2011) e lançaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que a cada conferência é revisto e atualizado. A etapa nacional é resultado de um processo participativo que se inicia nas Conferências Municipais, passando pelas Conferências Estaduais e Governamentais. Do ponto de vista da mobilização nacional, registra-se em cada conferência um aumento expressivo de mulheres da sociedade civil organizada interessadas em incidir nas políticas públicas. E por isso, as recomendações e proposições aprovadas nas conferências são fundamentais na formulação de estratégias e ações governamentais alinhadas efetivamente às reivindicações e aos anseios desse público.

Outro espaço importante de participação que se consolidou ao longo desses anos foram os conselhos, que cumprem envolver os diferentes setores e atores da sociedade civil, do mercado e do Estado no monitoramento e na avaliação conjunta da implementação das políticas governamentais. O CNDM, criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país, conquistou maior visibilidade quando da criação da SPM em 2003, à qual foi vinculado. No novo contexto, o CNDM passou a ser representado por integrantes da sociedade civil e do governo, de forma a ampliar o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres, permitindo a articulação entre instituições da administração pública federal e a sociedade civil.

O fortalecimento da participação social na política nacional para as mulheres tem se expressado tanto nos espaços formais acima mencionados, quanto nas plataformas digitais e nas redes sociais. Assim, esse Objetivo compreende um conjunto de iniciativas e metas que visam à ampliação dos espaços de participação da sociedade civil, reforçando os já existentes e estabelecendo novos mecanismos participativos, como forma de democratização das políticas públicas. A estratégia é fortalecer e ampliar esses espaços, por meio da realização de fóruns, seminários e encontros, locais e nacionais, estimulando a criação de instrumentos de consulta e proposição. Vale ressaltar a discussão com a sociedade civil sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho das mulheres no Brasil. Trata-se de um debate a ser disseminado junto ao maior conjunto possível de esferas e atores sociais, com a finalidade de ampliar o alcance do discurso que preconiza a expansão de liberdades e autonomia entre mulheres dos mais diversos pertencimentos sociais.

Em um cenário de permanentes mudanças, reforçar-se-ão os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

A ampliação do diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais deve ser entendida também como parte do compromisso assumido pela SPM de fortalecer a

participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, inclusive nos espaços de controle social das políticas públicas. Ao abrir e empoderar canais de participação na gestão das políticas para as mulheres, a SPM contribui para o atingimento da participação política feminina no Poder Executivo. A SPM acredita que, por meio da promoção de uma gestão participativa e democrática, fortalecem-se as organizações e movimentos de mulheres em sua diversidade e, ainda, formulam-se e implementam-se políticas públicas mais efetivas e adequadas às necessidades do público alvo a quem se destinam. Desta forma, diversas iniciativas têm sido tomadas para empoderar organizações de mulheres indígenas, negras, com deficiência, LBT e outras e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas. O aumento da quantidade de conselhos municipais e estaduais de políticas para mulheres, bem como a provisão de oportunidades de formação de suas integrantes, são exemplos de esforços que têm sido envidados para aumentar o diálogo e compartilhar o poder de decisão. A participação social em todo o ciclo das políticas públicas deve ser um compromisso do Estado e dos governos, nas suas diferentes esferas, de forma a torná-los cada vez menos sexistas.